

ECA NO AMBIENTE ESCOLAR

ECA no Ambiente Escolar

Priscila Soares Silva

Daniela Moura Bezerra

Williams Souza Silva

ECA no Ambiente Escolar

Meta

Possibilitar a discussão e reflexão sobre problemas, desafios e questões presentes no ambiente escolar a fim de contribuir para uma boa prática de educação que valorize, respeite e utilize o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Entender porque a escola deve ser considerada como espaço de realização de proteção e de promoção e valorização da diversidade. Refletir sobre a importância da gestão democrática na construção do currículo e do projeto pedagógico. Apresentar exemplos de utilização do ECA na prática educativa.

Objetivos

Ao final desta aula você será capaz de:

- Reconhecer a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente na prática pedagógica.
- Perceber como alguns problemas e desafios enfrentados no ambiente escolar podem ser amenizados, resolvidos ou superados a partir do respeito às diversidades.
- Apreender a estima pelo respeito as diferenças, identidades e estilos de vida que fazem parte da formação e trajetória dos estudantes.
- Entender a importância da gestão democrática na produção do currículo e do projeto pedagógico tanto para a atuação profissional, quanto para a manutenção de um bom diálogo entre alunos, pais, professores, equipe diretiva e comunidade no ambiente escolar.

Pré-requisito

Para acompanhar esta aula você deverá fazer prévia leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente e ter concluído as leituras e atividades dos módulos anteriores.

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) aborda um universo específico do tratamento social e legal exercido às crianças e adolescentes brasileiras, pautado na valorização da cidadania e proteção abrangidas pela Constituição Federal de 1988. O ECA defende a proteção integral à criança e ao adolescente, estabelecida pela lei 8.069 de 13 de junho de 1990, o que envolve desde o direito à educação, regulada na perspectiva do pleno desenvolvimento do educando, visando o exercício da cidadania a preparação para o mundo do trabalho. ECA e ambiente escolar estão, portanto, intimamente relacionados e é sobre essa ligação que o presente módulo discutirá. Visamos promover o debate sobre a realidade escolar que é permeada de históricos de exclusão, discriminação e desrespeito. Para tanto, levantamos algumas reflexões sobre o tema em questão, a partir do revigoramento da relação professor-aluno e da gestão democrática, com a perspectiva do reconhecimento do respeito à diversidade, pluralidade e dignidade humana.

Relação Professor-Aluno no Ambiente Escolar

No cotidiano escolar, em especial, na sala de aula, o grande desafio revela-se em trabalhar com “crianças e adolescente de hoje”. A indisciplina é um dos temas mais recorrentes nas conversas entre os professores sobre os desafios enfrentados diariamente em sua atuação profissional. Nestas conversas, promovidas por encontros diários na escola, sala de professores ou outros ambientes, escolar ou não, a ideia de indisciplina está vinculada a determinadas atitudes como: a falta de respeito com o professor, as reações agressivas (verbal e física) dos estudantes com os demais colegas de escola e com os próprios professores, a falta de compromisso com a aprendizagem, o constante uso de telefones celulares e de aparelhos eletrônicos, para mencionarmos algumas.

Por outro lado, ouvimos constantes reclamações dos alunos quanto aos conteúdos ministrados, os seus professores e o ambiente escolar de modo geral. A escola é considerada um local de obrigações, cuja passagem é necessária para a conclusão dos estudos. O professor é visto como alguém que não se envolve e não se preocupa com os problemas e desafios enfrentados pelos estudantes. E o ambiente escolar muitas vezes é apresentado como hostil, sendo espaço de bullying, discriminações, agressões (física e verbal). Dessa forma, percebe-se que para alguns estudantes a escola está longe de ser um espaço que proporciona integração e respeito às diferenças.

Saiba mais:

O livro de Bernadete Gatti, *O Trabalho Docente*, apresenta estudos desenvolvidos sobre a avaliação docente, valorização e desenvolvimento profissional, realizado por um grupo de pesquisadores da Fundação Carlos Chagas. A leitura deste livro nos ajuda a compreender melhor a prática docente e profissionalização. Já a obra de Cezar Sena, *A relação afetiva professor e aluno revelada por seus diários*, mostra o resultado de anos de pesquisa sobre o tema, envolto de conflitos e recíprocos atos de desrespeito. E mostra que educar é um ato que deve envolver reciprocidade e acolhimento. Outra indicação de leitura para é o livro de Celso Antunes, *Professor bonzinho = aluno difícil, a questão da indisciplina na sala de aula*.

Todas essas apreensões, e porque não dizer angústias, manifestadas quando se discute sobre o ambiente escolar, demonstra pontos de tensão presentes na relação professor-aluno. Reconhecer esse conflito e buscar soluções para resolvê-lo, quando não, amenizá-lo, é o que buscamos nesse módulo. Assim, convidamos você, educador ou você, que faz parte do processo educativo ou outro meio que envolve o trabalho com crianças e adolescentes, a refletir sobre nossos desafios diários. Nossa intenção não é apenas apontar os problemas dos discentes na escola ou mesmo tomar esta questão somente como conflito de relação professor-aluno. É, antes de tudo, defender que existe uma necessidade de se pensar a escola enquanto ambiente plural, de socialização e convivência social, que tanto crianças e adolescentes estão envolvidos, quanto professores, pais, coordenação escolar, equipe diretiva e a própria comunidade.

Em certa ocasião ouvimos o depoimento de uma situação desse conflito. Durante a discussão de um grupo de professores sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em uma determinada escola pública, ouviu-se a seguinte frase: “Esses meninos têm direitos demais!”. Após a indignação inicial que aquela sentença provocou, veio a mente a urgência em problematizar a nossa atuação em sala de aula, ou seja, em se perceber que nós também por vezes agimos e reagimos de maneira agressiva com nossos alunos, às vezes por desestímulo em relação à profissão, e outras vezes por cansaço, provocado por acúmulos de vínculos de trabalho, problemas pessoais ou simplesmente nem percebemos. Esquecemos como pequenas atitudes podem mudar o nosso cotidiano, o nosso ambiente de trabalho e a nossa relação com os alunos.

Saiba mais:

Pequenas atitudes podem mudar nosso ambiente de trabalho, em especial, o espaço escolar de convivência. Veja quadro “Meu Professor é o Cara”, do programa “Como Será?” da Rede Globo, apresentado pela jornalista Sanda Annenberg disponível em <http://redeglobo.globo.com/como-sera/videos/>

Enquanto sujeitos de interferência e ação no ambiente escolar, nosso comportamento tem influência no processo de formação dos estudantes, principalmente pelo fato de que o professor também ser visto como um modelo para as crianças, tanto por seu contato diário ou por sua posição social, conforme observou Rodrigues (2007). Estamos diretamente ou indiretamente ligados aos alunos, pais, demais professores e comunidade. Assim, diante dessa profusão de informações é que o/a convidado a pensar: como podemos resolver os conflitos presentes no ambiente escolar? Como aliar possíveis soluções ao Estatuto da Criança e do Adolescente?

Elejemos como o primeiro e fundamental passo para a mediação de conflitos a promoção da compreensão e do respeito no ambiente escolar. A ideia é relativizar, conforme já apontado pela antropologia. Sobre o relativismo aponta Geerts: (2001) "examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria, é tudo que consiste a antropologia" (p.65). Transportando essa ideia para nossas reflexões, entender a relação das crianças e adolescentes no ambiente escolar mostra a necessidade de compreender as suas relações sociais, suas formas de sociabilidade considerando a diversidade e pluralidade dos grupos culturais ao qual estão inseridas. É entender que o outro trás também uma carga, uma bagagem de vida que precisa ser levada em consideração.

Nessa perspectiva consideramos a necessidade da construção de uma educação multi/inter cultural. Lembremos que o parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE, 2011) ressalta a necessidade do “reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes”.

O ambiente escolar deve ser valorizado como local de interação entre criança, professor, currículo, gestão, democracia, família, direitos, deveres e comunidade, ou seja, como um espaço plural, dialógico e dinâmico que em seu ambiente vibrante comporta a organização da própria sociedade trazendo diversas experiências sociais. Ou seja, os atores sociais que atuam na escola – alunos, professores, funcionários, gestores e comunidade – são parte integrante da sociedade e carregam para a instituição problemas e desafios enfrentados no universo social.

Pensar o ambiente escolar à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente revela-se como um ato desafiador. E, acredito estarmos dispostos a desbravá-lo ao nos empenharmos em refletir sobre nosso trabalho na área da educação neste curso de especialização de professores, seguindo desde já um dos princípios apontado no ECA (1990):

Artigo 7º III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014)

Convidamos a refletir sobre as ações sociais, políticas e culturais que mediam tanto o processo de ensino-aprendizagem no relacionamento com os estudantes, quanto o planejamento pedagógico e as ações democráticas desenvolvidas pela escola. Acredito que é o sonho de muitos (alunos, professores, pais e demais atores sociais envolvidos no processo educativo) a promoção de um processo educativo que garanta a realização da educação e o desenvolvimento de atividades educativas, que haja uma equipe comprometida com o processo de ensino-aprendizagem e que se garantam condições para que crianças e adolescentes possam de fato aprender, ou melhor, querer aprender.

A Relação da Criança e do Adolescente com a Escola

O reconhecimento da exigibilidade do direito à educação de crianças e adolescentes no Brasil foi reconhecido na Constituição Federal de 1988. Até aquele ano o Estado não possuía obrigações formais de garantir educação a todos os brasileiros. Com a Constituinte de 1988 a educação passou a ser dever do Estado integrando-se ao conjunto de direitos sociais promovedor de igualdade entre as pessoas. Segundo o artigo 205 da Constituição de 1988: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além da Constituição Federal de 1988, outras leis regulamentaram e complementaram o direito à educação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996; e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), de 2012. Estes mecanismos ressaltam a importância de considerar as crianças e os adolescentes, como sujeitos do processo educativo. De acordo com a ECA, é obrigação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder

público garantir com prioridade “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Artigo 4º). O parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE, 2011) apresenta a necessidade de uma mudança no papel da escola de forma a garantir a prática das ideias apresentadas no Artigo VIII: “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

No tocante das diretrizes prescritas no Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a educação vejamos transcrição abaixo:

Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Assim, percebemos que a educação é um direito indispensável de toda a criança e todo adolescente, é um fator fundamental para o desenvolvimento intelectual, para a promoção de autonomia e para formação do pensamento crítico, ético e cidadão. E é a escola a sua fundamental promotora – uma entre outras instituições sociais – pois é agente do processo de socialização (DURKHEIM, 2007). Trata-se de um locus, não apenas de difusão de conhecimentos, mas de troca de valores, cultura, ideias, etc.

Saiba mais:

Recentemente encontramos reportagens e notícias que mencionam a existência de diferentes gerações que existem na sociedade. Essa reflexão é o resultado de uma tentativa de definição do comportamento dos adolescentes por especialistas em marketing e recursos humanos. De grosso modo, essas gerações são definidas a cada 25 anos. E os nascidos a partir de 1980 pertencem a chamada geração “y”. Enquanto que a geração “x” refere-se aos nascidos entre os anos 1960 e 1970. Alguns especialistas apontam que assistimos o surgimento da geração “z” mascarados pelo constante uso de videogames, celular e tecnologias da informação. Para saber mais leia o livro de Don Tapscott: GrownUp Digital (2008).

Neste sentido, refletir o processo educativo de crianças e adolescentes em planejamentos de aulas, práticas e projetos educativos, que não levam em consideração valores, visões de mundo e realidade de nossos alunos, nos leva a um caminho oposto à aproximação.

Então, podemos pensar em três pontos importantes para refletirmos a relação criança e adolescente com o ambiente escolar: a formação de uma identidade em um ambiente plural, a relação dos estudantes com as novas tecnologias e a inclusão dos alunos no mundo trabalho. Vale lembrar que esses não são os únicos pontos envolvidos na realidade do aluno e sua relação com a escola. Longe de esgotar essa discussão, apresentamos aqui pontos chaves da reflexão.

Ao falar sobre identidade, apresento reflexões a partir da ideia de juventude, por considerar que crianças e adolescentes estão envolvidos dos mesmos processos sociais e prescindirem esta fase da vida. Ressaltando que pelo ECA, Art. 2º “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Quantas vezes paramos para pensar que “as crianças e jovens de hoje” desenvolvem-se de maneiras diferentes do que os de algumas décadas atrás? Isso faz sentido ao percebermos que pesquisas apontam que a sociedade vem sofrendo constantes influências do processo de mutações sociais, culturais e biológicas. Convivemos com uma nova juventude (LECCARDI, 2005) que desenvolve suas identidades e estímulos de vida pautados no desenvolvimento científico-tecnológico e pelos diversos padrões culturais dispostos em um mundo globalizado.

Assim, o choque de gerações é vivenciado no nosso dia a dia, e principalmente no contexto escolar. Por isso que um dos erros que cometemos enquanto educadores é tomarmos nossa vivência de infância e juventude como modelo para estabelecimento de comparações com os nossos alunos. Ora, experiências, modelos de juventude, estilos de vida mudam, adaptam-se com o tempo (Giddens, 2001). Devemos compreender que nossas crianças e adolescentes são sujeitos ativos de uma determinada época, de um tempo específico.

Atualmente, nossas crianças e nossos adolescentes estão expostos a uma multiplicidade de identidades no campo social o que possibilita refletir sobre intensas negociações de escolhas, é época da Modernidade Líquida (Bauman, 2013). Apesar de o sociólogo polonês Zygmunt Bauman ter como campo de observação a Europa, que nos últimos anos vivencia uma profunda crise, cuja influência sobre o presente e o futuro dos jovens é inegável, devemos reconhecer a existência de pontos em comum com a nossa realidade como: o hiperconsumismo, a fragilidade das relações humanas, os estorvos da economia global, a busca de segurança que provocam incertezas, fobias, e insegurança, mediante a uma vida líquido-moderna.

Bauman, ao refletir sobre o papel da educação e dos educadores no processo de formação da juventude imersa no mundo instável, gerado pela modernidade líquida, aponta a necessidade de fomentação da resistência e de um espírito crítico. Diz ainda que a ação transformadora de atitude deve começar na escola. Assim, faz-se importante aceitar a relação educação e juventude não deve ser pensada a partir de sonhos ou utopias. O que precisamos é conhecer a realidade que nossos alunos vivenciam e reconhecer que esta realidade não pode ser separada dos estudantes.

Saiba mais:

Ao falar de juventude e modernidade líquida, remete-nos pensar em diversos problemas que a juventude pode estar inserida: violência, homicídios, tráfico de drogas, consumo de álcool e outras drogas, gravidez na adolescência.

Recomendamos consultar:

- Mapa de Violência – Homicídios e Juventude no Brasil (2013);
- Entrevista de Zygmunt Bauman sobre educação e juventude: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016.

E para saber mais sobre a noção de juventude ver: Pais (1993); Sposito (1993); Peralva (1997); Carrano (2000, 2003, 2008).

Como nos apresenta Alberto Melucci (2004), as identidades coletivas implicam em um agir coletivo orientado por práticas e ações simbólicas dotadas de sentidos que são reconhecidos pelos próprios atores. E, nesse mecanismo, é fundamental a noção de pertencimento frente a relação de práticas e ações adotadas. Assim, há a possibilidade de uma multiplicidade de identidades no ambiente social que não estão prontas, mas permanecem ativas por suas constantes reconfigurações, negociações, alianças e até mesmo conflitos.

Cabe lembrar que de acordo com o ECA no Artigo. 58 “no processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura”. Dessa forma, é importante que as instituições educativas contribuam para a formação das crianças e adolescentes na realização de escolhas e na sua trajetória individual, educando para a cidadania. Sabemos que o agir coletivo, as formações de identidades e estilos de vida dessas crianças e adolescentes nos apresentam como um desafio a nossa tarefa de educar. Mas compreendê-los é algo fundamental para nos aproximarmos dos nossos alunos, pois eles vivenciam uma sociabilidade espaço-temporal diferente da nossa.

Saiba mais:

Sobre a relação juventude e identidade assista os seguintes documentários:

Para saber mais sobre juventude e skate veja o documentário: Vidas sobre rodas, disponível no site: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/vida-sobre-rodasdocumentario>>.

Para saber mais sobre identidade dos jovens com o grafite veja o documentário feito em Salvador, Grafite SSA, disponível em: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/grafite-ssa>>.

E para conhecer o caso de uma escola e seus estudantes sobre o diálogo com a identidade cultural negra assista Se eles soubessem, desenvolvido pelo Núcleo Cultural da Escola Estadual Guadalajara, Duque de Caxias, Rio de Janeiro, disponível no site: <<http://www.emdialogo.uff.br/content/se-eles-soubessem-trailer>>.

Deste modo, teremos a consciência que a nossa identidade é construída a partir da identificação ou diferença que fazemos em relação ao outro. E essas configurações tem como espaço importante as instituições familiares e escolares, que são fontes para formação do campo simbólico que compõe as identidades e estilos de vida (CARRANO, 2007), e talvez por isso mesmo é que esses ambientes são fontes de tensão e conflito. Relativizar nosso relacionamento com os estudantes é prezar pelo respeito às diferenças, as identidades culturais, aos gostos e estilos de vida, que muitas vezes são esquecidos e padronizados.

Falar de crianças e adolescentes no ambiente escolar requer lembrar também da influência das novas tecnologias. Qual professor que não sentiu seus alunos mais conectados com o mundo virtual do que com os conteúdos transmitidos em sala de aula? A grande preocupação dos educadores é a utilização dessas novas tecnologias como ferramenta a favor da educação. É, pois, inegável que elas são importantes elementos constitutivos da cultura juvenil. Crianças e adolescentes de hoje pertencem à geração nascida na era da internet, são considerados “nativos digitais”.

Podemos destacar duas influências da era digital nos nossos estudantes. A primeira diz respeito a forma como eles escrevem, utilizando um modo próprio de se comunicar, o “intenetês”. Outra é a facilidade em encontrar informações e a intensidade de mudanças das mesmas informações, que muitas vezes são utilizadas sem reflexão, leituras ou análise crítica. O uso de copiar e colar é cada vez mais frequente. Estamos diante de uma relação social pautada nas chamadas redes sociais de relacionamento como *Facebook*, *Twittes*, *Google* e *Orkut*, por exemplo.

Saiba mais:

Conheça os dados completos da pesquisa TIC2012 do Comitê Gestor da Internet no Brasil no site: <<http://www.cetic.br/usuarios/tic/2012/>>. Conheça a experiência de um grupo de estudantes de um Colégio Estadual de Ensino Médio do Rio de Janeiro que tentou ficar uma semana sem acessar a internet. Disponível em: <<http://www.revistapontocom.org.br/materias/sem-internet>>.

Algumas escolas vêm criando estratégias para evitar que o uso das tecnologias influencie na relação professores aluno, sendo o celular o maior vilão da história. Há aquelas que usam os recursos da cibercultura ao seu favor nas atividades curriculares. Ambos os fatos indicam a emergência de novas culturas de participação (SHIRKY, 2011). Nesse sentido, é preciso que educadores aproveitem as novas tecnologias no desenvolvimento de suas práticas pedagógicas, buscando inovação e utilização de recursos, superando assim formas de transmissão do conhecimento. (CARRANO; DAMASCENO; TAKAKGI,

2013). Por mais que alguns de nós soframos em aceitar, quadro negro e giz/pincel não são mais suficientes para a atuação profissional.

Propomos pensar a relação criança e adolescentes, novas tecnologias e educação não como um problema que precisa ser resolvido, mas como um desafio que precisa ser superado. Devemos compreender e respeitar a importância das tecnologias digitais nas relações de sociabilidade e na formação de identidades juvenis. E claro, utilizar esses recursos a nosso favor.

Diante das dificuldades em atrair a atenção dos estudantes aos conteúdos ministrados e em direcionar o uso proveitosa da tecnologia em sala de aula, a pergunta que fica é: que futuro os nossos jovens terão? Que profissionais estamos formando? Chegamos nesse momento a relação trabalho e escola, fundamental para pensarmos na atuação dos adolescentes na sociedade. Lembrando que esse é um passo que nessa etapa da vida reflete inúmeras questões: trabalho ou estudo? Casar, ter filhos, viajar ou buscar apenas diversão? Vestibular, fazer, não fazer, que curso escolher? E se não passar? E o primeiro emprego, será que vai ser difícil? Como ir para a primeira entrevista? Ou seja, é já na adolescência que começamos a fazer escolhas e a decidir que rumo tomar na vida.

Esses projetos de vida não são feitos, na maioria das vezes, de forma organizada e linear. São construções marcadas por características pessoais influenciadas pelo tempo, como também pelas possibilidades e oportunidades a ele dado na sociedade (VELHO, 2003). Ou seja, as escolhas, orientações e planos para o futuro dependem do presente contexto social, cultural e econômico, que determina as possibilidades de experiências que poderão ser alcançadas ou não, apesar de seus planos, metas e objetivos.

Não podemos deixar de considerar a necessidade de muitos adolescentes em aliarem estudos com o trabalho, isso a depender muitas vezes da sua condição social e econômica. Tal necessidade acaba interferindo diretamente na sua trajetória e no seu desempenho escolar.

Vejam os que diz o ECA sobre o direito à profissionalização e à proteção no trabalho:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (Vide Constituição Federal)

Art. 61. A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação especial, sem prejuízo do disposto nesta Lei.

Art. 62. Considera-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Art. 63. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
- III - horário especial para o exercício das atividades.

Art. 64. Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.

Art. 65. Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

Art. 66. Ao adolescente portador de deficiência é assegurado trabalho protegido.

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;

II - perigoso, insalubre ou penoso;

III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;

IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

§ 1º Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Lembrando que as novas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio apontam a necessidade de se aliar a formação com o mundo do trabalho.

Vale ressaltar que a relação trabalho e estudo não implica necessariamente na prática do primeiro em relação ao abandono do segundo, conforme nos lembra Sposito (2005). O que há é uma complexa e distinta relação. E nós como educadores devemos compreendê-la de forma a criar estratégias que possibilitem os adolescentes aliar essas duas esferas.

Assim, a escola revela-se como espaço de encontro social e cultural, fundamentada na relação mútua dos professores com os alunos. A escola projeta a vida social – que é dinâmica – marcada pela pluralidade de sujeitos, pensamentos, valores, ideias, crenças e atitudes. A relativização das relações existentes no ambiente escolar promove condições de trocas de experiência e o estabelecimento de relações respeitadas. Dessa forma, percebemos que nem

todos aprendem da mesma forma, nem pensam do mesmo jeito e é tal singularidade, vista como pontos de conflito, que deve ser valorizada por todos. E nesse papel de valorização que faz parte a gestão democrática, pois a partir dela os pressupostos da educação serão desenvolvidos, com a construção conjunta do currículo e do projeto pedagógico da escola.

Gestão Democrática, Currículos e Projeto Pedagógicos Integrados ao ECA

Ao pensarmos sobre a educação e o ambiente escolar, além da relação professor-aluno, surgem reflexões sobre a o modo como o conhecimento teórico é transmitido. Esperamos que o processo educativo seja capaz de transmitir não apenas conteúdos e fórmulas decorativas, mas que possibilite o desenvolvimento de uma formação voltada para a cidadania de forma a preparar nossos alunos para a vida. Isto condiz com os notórios projetos e iniciativas que divulgam a promoção de educação cidadã, preocupada com o futuro das crianças e dos adolescentes e que busca discutir problemas presentes e marcantes na sociedade contemporânea.

Criamos, dessa forma, um imaginário de educação “ideal”, que se realiza na superação do conhecimento apenas pelo ato decorativo e de forma impositiva e que se configura no desenvolvimento didático dinâmico, atuante, assegurando, assim, a formação ampla cidadã pautada por valores éticos, de forma a promover o respeito à diversidade cultural. Ora, caro professor, cara professora, esse ideal de educação na teoria é fácil de ser concebida, mas e na prática, como realizá-la?

É neste sentido que chegamos ao segundo ponto de discussão sobre o ambiente escolar: a necessidade de promoção de uma gestão democrática que garanta o desenvolvimento de um Currículo Escolar e do Projeto Político Pedagógico que envolva a participação de todos os atores integrantes da comunidade escolar. Esta reflexão leva à tona a busca de qualidade de ensino que atenda o compromisso de educar e preparar criança e adolescentes para atuar no mundo, de forma participativa e construtiva. Em outras palavras, a escola não está dissociada da própria sociedade.

Um modelo de educação democrático consiste em um ambiente social integral. Todos devem estar cientes se suas funções, alunos, pais, professores, equipe pedagógica e diretiva e a comunidade, para o estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de um sistema integrado em prol do desenvolvimento de uma educação de qualidade. Não cabe mais apenas achar que é o Estado o único a oferecer uma escola de bom funcionamento e condições de promoção da educação. Ter consciência do seu papel, fazer a sua parte no processo educativo, questionar e lutar pela promoção de uma estrutura material adequada para o ensino é fundamental para a gestão escolar. Gestão esta que perpassa por planejamento, busca de recursos e meios didáticos para o estabelecimento de uma qualidade do processo de ensino-aprendizagem que não depende apenas do corpo diretivo, mas de todos que fazem parte desse processo.

Propomos pensar a escola não como transmissão de um saber imediato, decorativo e disperso e sim a partir de um ensino baseado na formação humana de forma integrada, de forma a desenvolver um currículo integrado de ensino. É nessa perspectiva que os Parâmetros Curriculares do Ensino – (Parecer CNE/CEB 05/2011 e Resolução CNE/CEB 02/2012), que elege as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura.

De acordo com diretrizes citadas, as ideias de trabalho, ciência e tecnologia devem ser inseridas no ambiente escolar de forma dialógica. Isso com o intuito de atender as necessidades dos alunos em seu processo de formação, pois essas dimensões estão presentes na própria sociedade de forma integrada. Assim, compreender essas dimensões e uni-las ao currículo é imprescindível para a sua efetivação. Lembrando que os PCNs propõem que trabalho, ciência, tecnologia e cultura não sejam estudados separadamente, primeiro um e depois o outro, mas que sejam integrados.

As orientações para a integração do Currículo e do PPP visa ainda à possibilidade de interação das experiências dos alunos com o conhecimento transmitido no ambiente escolar. Mantendo- os integrados fica muito mais claro a percepção com o campo do trabalho, as configurações culturais e o relacionamento dessas ideias com o desenvolvimento científico. Precisamos discutir, pensar, planejar e aplicar um o projeto pedagógico de forma que dialogue com as práticas curriculares da escola e leve em consideração não apenas o conhecimento e a fundamentação teórica que faz para do processo de ensino, mas que possibilite a integração.

A formação curricular diz respeito às atividades integrantes do processo de aprendizagem do aluno. Envolve, assim, a delimitação do conjunto de matérias integradas na formação escolar e a apresentação dos seus elementos. Ela é necessária para a formação padronizada do conhecimento a ser ensinado a partir das apresentações e exigências envoltas nos conteúdos por ele determinado. Além do conteúdo, o currículo diz respeito à:

“uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito.” (VEIGA, 2002, p.7)

Ainda segundo Veiga (2002), “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares” (p.7). Por isso propomos a organização curricular voltada para a interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e contextualização entre todas as áreas do conhecimento nela inclusas, pois, a construção do conhecimento está imersa em um mundo complexo,

dinâmico e plural. Assim, construir um currículo de forma fragmentada e hierárquica não atende mais as necessidades da educação atual.

Nas escolas públicas, o tratamento do currículo e das práticas pedagógicas definidas pelas secretarias de educação ou até mesmo pelo próprio livro didático nos mostra uma realidade adversa. Encontramos ali uma prática educativa desprovida de experiências e reflexão sobre o exercício da autonomia e criatividade e que não leva em consideração o meio social do qual os alunos fazem parte, o que dificulta o processo de identificação com a instituição escolar e seus elementos. Além disso, ainda temos a ideia de que a construção do currículo envolve apenas a lista de conteúdos que devem ser trabalhados ao longo do ano, por disciplina e série.

Neste sentido é extremamente fundamental a concepção do currículo como meio de emancipação social e exercício da capacidade críticas dos sujeitos que integram a comunidade escolar, pois, como destaca Circe Bittencourt (2004), a escola não deve ser entendida como um recurso destinado apenas para a alfabetização, e sim como “instituição em que se aprendem conteúdos sociais e culturais associados a comportamentos, valores e ideários políticos” (p.106). Assim, a busca pelo saber deve ter como base sempre o processo de ensino-aprendizagem (SAVIANI: 2004).

O currículo não pode ser composto apenas de conteúdo teórico, deve abranger atividades, programas e projetos desenvolvidos na escola que estejam vinculados aos conteúdos que precisam ser vistos. Por isso ele precisa ser planejado e estruturado a partir de uma gestão democrática concreta para assim ser possível a elaboração de um projeto político-pedagógico.

A partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, toda escola deve possuir um projeto político pedagógico (ou simplesmente projeto pedagógico). Sua construção deve abranger as funções dos gestores, professores, funcionários, coordenação, pais, alunos e comunidade que atuam na unidade de ensino em questão. Por isso, sua construção e aplicabilidade são de extrema importância para a realização do processo participativo democrático no ambiente escolar. Essa construção coletiva contribui com a realização de um levantamento e busca de soluções ou melhoramento da organização pedagógica escolar, frente às dificuldades por ela encontradas no processo de ensino-aprendizagem. As possibilidades de superação dessas dificuldades e possíveis conflitos em prol da busca pela qualidade do ensino de partir de um conjunto de decisões coletivas.

Nessa perspectiva é que reforçamos a importância na participação de toda a comunidade escolar – professores, alunos, pais, coordenadores pedagógicos, gestores e comunidade – para tornar o currículo e o PPP ferramentas que possibilitem a concretização das ideias e seu planejamento.

Assim, a democratização da gestão escolar revela-se como um veículo importante para se pensar em ações democráticas, formulação de documentos que estimulem essa prática e revisão da prática gestora. A educação é um direito social, conforme definido no art. 6º da Constituição Federal de 1988, mas também é um direito político e civil,

necessário para o estabelecimento da sociabilidade (CURY, 1992). Nessa perspectiva que a educação tem como base os princípios básicos de igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade e valorização dos profissionais da educação, prescritos na Constituição Federal (1988) e regulamentado na LDB (1996) sobre a questão da gestão democrática.

Apesar de saber das leis, regras, fundamentos e diretrizes que apontam para a necessidade da realização de uma gestão democrática nos sistema de ensino, isso não indica que ela é efetivamente aplicada e nem que a existência dessas normas prescritas a garante como exercício. A sua efetivação não depende tanto das normas prescritas, apesar dessas serem fundamentais, mas sim do processo de construção social dessa gestão democrática, com a participação de pais, alunos, professores, diretores, coordenadores pedagógicos, funcionário e comunidade local na tomada de decisões, implementações e estabelecimento de normas de convivência que partam do princípio da coletividade e de uma organização baseada na democracia, pois,

quando buscamos construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder, precisamos exercitar a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática, a serem efetivados no cotidiano, em busca da construção de projetos coletivos” (BRASIL/MEC/SEB, 2004, p. 26).

A legalização da ideia de “gestão democrática da escola pública” ocorreu com a Constituição Federal de 1988 (inciso VI do artigo 206) e foi referendada pela LDB 9.394/96 (inciso VIII do artigo 3). As normas da gestão democrática do ensino público são definidas pelo artigo 14 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e pelo artigo 22 do Plano Nacional da Educação. Ambos indicam que a gestão democrática se faz pela participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e pela participação da comunidade nos conselhos escolares. A definição e realização do Conselho Escolar (CE) é uma maneira de por em prática a democratização da gestão, pois ele é uma forma de colegiado formado por representantes escolhidos ou eleitos de professores, alunos e pais de alunos. O CE possui como função gerir coletivamente a escola, conforme determinado nos princípios da Gestão Democrática definidos na LDB, lei nº 9394/96 no Artigo 14.

A elaboração coletiva do Currículo e do Projeto Político-Pedagógico escolar permite a participação do corpo escolar no planejamento de políticas educacionais; tomadas de decisões sobre projetos, problemas relacionados com a escola e aplicação de recursos. Neste sentido é importante reconhecer que a escolha dos gestores é importante para a implementação da gestão democrática, pois eles coordenam as atividades escolares e mediam o projeto pedagógico, possuindo uma função pedagógica e administrativa.

Dessa forma, a gestão democrática da escola é aliada para a construção do currículo e do projeto pedagógico, além de um meio importante para a transformação do contexto escolar,

conforme apresentado por diversas pesquisas (PARO, 1997; GANDIN, 2006). Ora, é a partir de práticas dialógicas que permitimos a interação de diferentes sujeitos atuantes na escola e é o constante diálogo que defendemos para a realização de um ensino motivador e de qualidade.

Possibilidades Concretas da Práxis do ECA nas Escolas

Apreendemos ao longo desse módulo que a escola é um espaço que possibilita a concretização da educação e que por isso deve envolver o respeito às diferenças, possuir um planejamento político e pedagógico integrado a todas as esferas da educação e permitir a realização de uma gestão democrática com a participação de alunos, pais, professores, direção, coordenação e comunidade. Mas, para que isso funcione todos devem estar envolvidos com esse processo de planejamento, organização, gestão e aplicação do projeto destinado ao ensino-aprendizagem. Reconhecer esses ideais é o primeiro passo para a promoção do respeito, cooperação, união e aproximação, comportamentos fundamentais que estão embutidos em tal processo.

Neste momento em que chegamos quase ao final do módulo, acredito que você, enquanto educador deva estar pensando: “falar é fácil, mas como aplicar tudo isso?”; “a teoria ajuda, mas não fornece ferramentas para o trabalho diário em sala de aula”, “na escola em que eu trabalho a aplicação dessas ideias é surreal”. Ora, caras professoras e caros professores, o que propomos até o momento de fato perpassa o campo teórico, formulações, ideias, projetos, mas que são, contudo, de real importância para pensarmos agora em suas aplicações. Elencamos algumas sugestões que podem ser desenvolvidas no cotidiano escolar, colocando em prática toda a teoria apresentada.

É importante frisar que o que propomos aqui não é mudar o mundo ou o país ou até mesmo a cidade em que trabalhamos. Talvez até mudanças na própria escola sejam difíceis de serem realizadas. O que queremos, pois, é contribuir para futuros projetos, ações, planejamentos que ajudarão a melhorar a nossa realidade, o nosso ambiente de trabalho. Pensamos em trazer pequenas melhorias, como o nosso comportamento em sala de aula, com base no respeito e na promoção de um novo olhar diante de nossos estudantes sem cargas de preconceito; ou até mesmo grandes mudanças na realidade escolar e até da própria comunidade.

De forma prática e transversal, seguem propostas de projetos, atitudes e ações que podem ser desenvolvidos com base nas diretrizes:

ECA e Ambiente Escolar

- Realização de um ciclo de debates na escola sobre os problemas enfrentados na escola relacionados com os atores envolvidos no processo de ensino (alunos, pais, professores,

funcionários, equipe pedagógica e equipe diretiva e comunidade) sobre diversos temas como: sexualidade, gravidez na adolescência, planejamento familiar, drogas, violência / *bullying*. Tendo como referência o ECA e apoio de técnicos especialistas nas temáticas relacionadas que atuam nos diversos serviços públicos e profissionais de comunidade para promoção ou mediação dos debates.

- Dinamizar as aulas com debates, incentivos a questionamentos, críticas e perguntas visando a troca de experiências e de opiniões.
- Propor regras construídas coletivamente e aplicá-las como “pactos sociais” tendo como principal objetivo a melhoria das relações e a resolução de conflitos, se não, amenização dos mesmos.
- Promoção de momentos de esclarecimentos a alunos e pais sobre as informações contidas no ECA, em assembleias escolares ou reunião de pais e mestres.
- Levantamento de fatos e acontecimentos do cotidiano escolar para reflexão e relacionamento ou busca de soluções baseados no ECA.
- Incentivas atividades de pesquisa sobre diversos temas que abordem o ambiente escolar, em jornais, internet, livros e outros meios para reflexão e utilização como contextos nos debates.
- Promoção de atividades sociocultural de forma lúdicas e de linguagens artísticas para a difusão do conhecimento, ideias e valores fundamentados pelo ECA. Como exemplos temos: debates, exposição de filmes, apresentações artísticas (teatro, música, dança, recitais), exposições (fotografias, desenhos ou pinturas), jogos, gincanas, festival de talentos.
- Realização de eventos temáticos que busquem integrar a comunidade escolar como: festivais, comemorações festivas (dia da criança, dia do estudante), festas de encerramento letivo, semana do ECA na escola.
- Elaboração de painéis, murais ou estantes para a exposição de textos, mensagens, poemas, avisos, desenhos, que vise promover outro recurso de comunicação e divulgação de talentos e abertura de espaço para informações relativas ao ECA.
- Produção de jornal, folheto, blog, ou rede social que promova a participação dos alunos e incentive a valorização e o respeito às diferenças.
- Criação da Rádio Interna Escolar.
- Realização de intercâmbios buscando conhecer iniciativas e troca de experiências com outras escolas, tanto para professores quanto para os estudantes.

ECA e Ações Pedagógicas

- Formação de professores em cursos de extensão, aperfeiçoamento ou pós-graduação com temática voltada para o Estatuto da Criança e do Adolescente ou áreas a fim como Educação e Direitos Humanos.
- Criação de Grupos de Estudos sobre o ECA para o debate sobre artigos específicos e sua busca de elaboração de projetos e aplicabilidade no ambiente escolar.

- Promoção de ações pedagógicas nas escolas com crianças e adolescentes buscando capacitação sobre o ECA como seminários, debates, elaboração de cartilhas, de forma a possibilitar a sua atuação como agentes multiplicadores do ECA na escola.
- Utilização de novas tecnologias, internet e redes sociais para consulta em artigos, notícias de jornais e acervos de bibliotecas digitais sobre o ECA.
- Levantamento de acontecimentos ocorridos na própria Escola por professores, alunos, pais, equipe pedagógica e diretiva e até a comunidade escolar sobre casos relacionados com o universo de Crianças e Adolescentes, para reflexão, utilização de exemplos ou melhorias, a depender dos casos.
- Realização de um círculo de diálogo em debates, assembleias escolares ou outros meios para estimular a participação de todos no enfrentamento e superação de conflitos envoltos no cotidiano escolar.
- Promoção de momentos lúdicos na escola em espaços, horários e com material didático (pula corda, quebra-cabeça, jogo de damas, etc) para o desenvolvimento do ato criativo, possibilitando momentos de brincadeiras, jogos e diversão.
- Ciclo de palestras, caminhadas, gincanas, fóruns, feiras culturais, campeonato esportivo, caminhadas, passeios ou outras atividades para a promoção de consciência, respeito e valores humanos, cruciais para a convivência harmônica no ambiente escolar como os seguintes temas: solidariedade; cultura de paz; diversidade e diferenças culturais; solidariedade; afetividade; resiliência; autonomia, entre outros.

ECA e Gestão Escolar

- Conhecimento, reconhecimento, valorização e difusão dos princípios que norteiam o Estatuto da Criança e do Adolescente pela equipe diretiva e pedagógica.
- Compreensão e inclusão do ECA como tema transversal, obrigatório e permanente nas atividades curriculares e no projeto pedagógico da escola, definidos no planejamento escolar e integrado as atividades planejadas e definidas no calendário escolar.
- Incluir no currículo escolar, temáticas relativas a gênero, identidade, raça, etnia, religião, orientação sexual, deficiência física, violência entre outras para conhecimento e manutenção ao respeito de diversidade.
- Revisão do Regimento Interno Escolar a partir do conhecimento, reflexão e prática dos princípios sistemáticos nas Escolas, envolvendo todos os segmentos e atores que nelas convivem.
- Realização de seminários na escola com a participação de professores, equipe diretiva e pedagógica, promovidas por especialistas sobre a Rede de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de suas respectivas competências e responsabilidades.
- Promoção de espaços de participação de alunos, pais e professores na gestão democrática da escola como: Conselho Escolar, reuniões de pais, grêmios estudantis, entre outros, incentivando-se a abordagem do ECA nesses espaços.

- Integrar a escola com conselhos tutelares visando uma integração eficaz para a garantia efetiva de direitos dos alunos, bem como um diálogo produtivo com suas respectivas famílias.

Indicação de filmes

A Sociedade dos poetas mortos, de Peter Weier (1989)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=2j8xOHoudMA>[/youtube]

Corrida para lugar nenhum, de VickyAbeles (2010)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=Uem73imvn9Y> [/youtube]

Pro dia nascer feliz, de João Jardim (2006)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=o-GoeKLAdoM>[/youtube]

Escritores da Liberdade, de Richard La Gravenese (2007)

[youtube]http://www.youtube.com/watch?v=_AQh_E1C15I [/youtube]

A onda, de Dennis Gansel (2008)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=ZbyCJEIRBaA>[/youtube]

The Wall, de Alan Parker (1982)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=vwIZgERvt1A> [/youtube]

Waiting for Superman, de Davis Guggenheim (2010)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=ZKTfar096dg>[/youtube]

Entre os muros da escola, de Laurent Cantet (2009)

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=9EAdkrVbzjU> [/youtube]

Pro dia nascer feliz

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=aHLCX8SYaeM>[/youtube]

O clube o imperador

[youtube]<http://www.youtube.com/watch?v=osIXdfWwMEE>[/youtube]

Atividades Propostas

1. Considerando o ambiente escolar como um desafiador e complexo espaço plural de relações sociais, apresente apontamentos e reflexões sobre como o efetivo cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente pode contribuir para a realização de uma boa prática educacional.
2. Apresente um exemplo de ação ou prática educacional que ajude a promover o ECA no ambiente escolar como proposta de projeto ou intervenção. Você pode escolher um dos itens apresentados ou desenvolver outro exemplo.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Sobre a Educação e Juventude**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARRANO, P. **Juventudes: as identidades são múltiplas**. Revista Movimento, Faculdade de Educação da UFF, n. 1, p. 11-27, 2000.
- _____. **Educação de Jovens e Adultos e Juventude: o desafio de compreender os sentidos da presença dos jovens na escola da “segunda chance”**. In: REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. NEJA-FaEUFMG. Belo Horizonte. Agosto de 2007 - ISSN:1982-1514. Disponível em: <http://www.reveja.com.br/revista/atual/artigos/REVEJ@_o_Paulo-Carrano.htm>. Acesso em: em 10/02/2014.
- _____; DAMASCENO, P. A.; TAKAKGI, C. **A escola tem tudo o que precisamos. O Facebook tem tudo que gostamos: estudo de caso sobre as redes sociais de internet numa escola pública de Ensino Médio**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AS REDES EDUCATIVAS E AS TECNOLOGIAS: transformações e subversões na atualidade, 7., 2013. [Comunicação]. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Portugal: Edições 70, 2007.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Londres: Cambridge University Press, 1996.
- _____. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.
- _____. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo/RS: Ed. Unisinos, 2004.

- GANDIN, Luís Armando. **Projeto Político-Pedagógico**: construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, Maria Beatriz e MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de (Orgs). *Gestão escolar democrática. Concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da Globalização**. 3. ed. Lisboa, Portugal: Presença, 2001.
- LECCARDI, C. **Facinguncertainty** – Temporalityandbiographies in the new century. *NordicJournalofYouthResearch*, London, v. 13, n. 2, p. 123-146, 2005.
- PARO. Vitor Henrique. **Gestão democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.
- RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da educação**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.
- SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SHIRKY, C. **Cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2005.
- VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico**: novas trilhas para a escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **As dimensões do Projeto Político-Pedagógico**: novos desafios para a escola. Campinas, Papirus, 2001.

Documentos de Referência

- BRASIL. Decreto Legislativo nº28, de 14 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=111657>>. Acesso em 08 de nov. de 2010.
- _____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lex: Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 08 de nov. de 2010.
- _____. Lex: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 19 de out. de 2010.

_____. Lei n. 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. MEC (Ministério da Educação), Brasília, 20 de dezembro de 1996.

_____. MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>. Acessado em 10 de janeiro de 2014.

_____. CONAE (Conferência Nacional de Educação) Documento Final. Brasília, 2010. SERGIPE. Referencial Curricular SEED/SE. Disponível em: <http://www.seed.se.gov.br/referencial_curricular.asp